



**EQUIPAV – ENGENHARIA E  
CONSTRUÇÃO, S.A.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS  
2012**



MRG GRUPO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. ENVOLVENTE**
- 3. PERSPETIVAS FUTURAS**
- 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**
- 5. NOTA FINAL**
- 6. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**
- 7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 9. RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES E DO FISCAL ÚNICO**

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 A Empresa

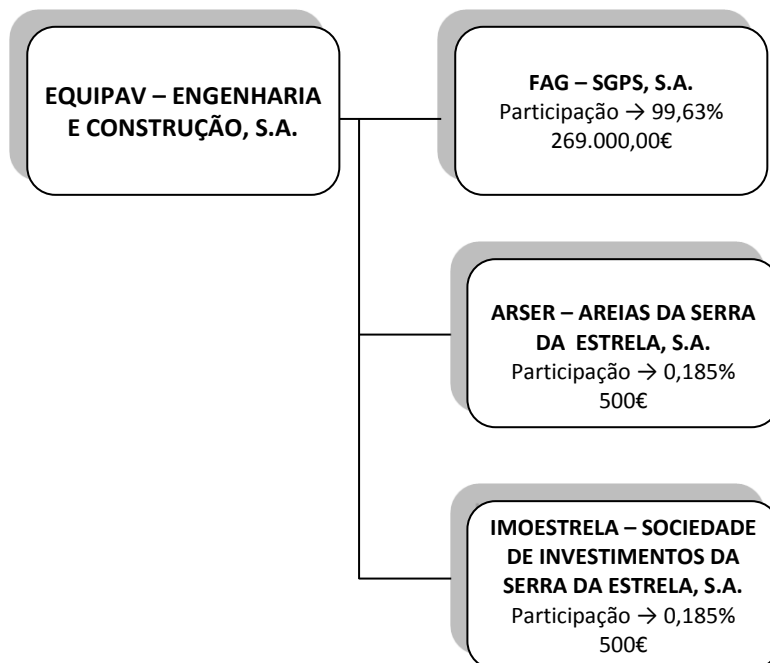
A EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A. foi constituída em 16 de Março de 1994 e tem como atividade principal a engenharia e construção, dedicando-se ainda ao aluguer de equipamentos industriais para a construção bem assim como a sua gestão.

### 1.2 Estrutura Societária

A EQUIPAV detém participações em empresas associadas de capital exclusivamente privado e em entidades de capital público e privado, onde os parceiros são municípios ou empresas municipais.

EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.	
<b>Campiscinas, S.A.</b>	<b>Imoestrela, S.A.</b>
€ 50.000,00 → 3%	€ 50.000,00 → 25%
<b>Mafreduca, S.A.</b>	
€ 100.000,00 → 3%	
<b>Paceteg, S.A.</b>	
€ 100.000,00 → 3%	
<b>Cister, S.A.</b>	
€ 50.000,00 → 3%	
<b>Armamar Viva, S.A.</b>	
€ 50.000,00 → 3%	
<b>Pro-Vila Verde, S.A.</b>	
€ 100.000,00 → 3%	
<b>Odivelas Viva, S.A.</b>	
€ 50.000,00 → 3%	
<b>Oeiras Primus, S.A.</b>	
€ 50.000,00 → 3%	
<b>Gouveinova, S.A.</b>	
€ 50.000,00 → 3%	

### **1.3 Estrutura Acionista**



### **1.4 Órgãos Sociais e Estatutários**

#### **Conselho de Administração**

Presidente – Eng.º Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

Vogal – Dr. Rodolfo Oliveira Gouveia

Vogal – Eng.º António Oliveira Simões Alfaiate

#### **Mesa da Assembleia-Geral**

Presidente – Dr. José Eduardo Loureiro da Silva

Secretário – Dra. Gabriela Almeida

#### **Fiscal Único**

LCA – Leal, Carreira & Associados, SROC,  
representada por Dr. José Maria de Jesus Carreira

#### **Suplente do Fiscal Único**

Dr. Paulo Fernando da Costa Braz

## **2. ENVOLVENTE**

### **2.1 Enquadramento Macroeconómico Internacional**

Quatro anos após a eclosão da crise financeira global, a economia mundial continua sem conseguir atingir os índices de crescimento registados até então. As mais recentes previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para o crescimento dos mercados emergentes e dos países em vias de desenvolvimento, que continuam a ser o verdadeiro dinamizador da economia mundial, crescendo a velocidades claramente superiores às verificadas nos países desenvolvidos.

Após um crescimento de 5,1% em 2010 e de 3,9% em 2011, a economia mundial cresceu 3,2% em 2012, de acordo com o FMI. Esta tendência de desaceleração da atividade económica, particularmente acentuada nos países desenvolvidos, onde a economia cresceu apenas 1,3% em 2012, reflete os problemas da crise da dívida soberana da Zona Euro e as incertezas acerca das medidas de consolidação orçamental dos Estados Unidos da América (EUA). Para 2013, as previsões do FMI apontam para um crescimento de 3,5% da economia mundial, sendo que os principais fatores que justificam esta inversão da tendência de desaceleração se prendem com o impacto favorável, sobre a confiança e sobre os mercados financeiros, da atuação das instâncias europeias em resposta à crise da dívida soberana, e com a crescente procura interna dos países emergentes e em vias de desenvolvimento.

De acordo com o FMI, a Zona Euro contraiu 0,4% em 2012, tendo o PIB dos países periféricos caído substancialmente, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Esta evolução negativa é justificada pelos efeitos da crise da dívida soberana e suas repercussões no processo de desalavancagem do setor

bancário na economia real, pelo impacto das medidas de consolidação orçamental postas em prática na generalidade dos países europeus e pelo abrandamento da procura externa. As previsões do FMI apontam para a manutenção da recessão na Zona Euro, que em 2013 deverá contrair cerca de 0,2%.

A atividade económica dos EUA acelerou ligeiramente em 2012. De acordo com o FMI, a economia norte-americana cresceu 2,3% em 2012 (2011: 1,8%), alcançando a maior taxa de crescimento entre as principais economias desenvolvidas. O mercado imobiliário dos Estados Unidos estabilizou e a taxa de desemprego continua com uma trajetória descendente. Contudo, subsistem alguns riscos que condicionam as perspetivas de evolução da economia nos próximos anos. A nível interno, o principal desafio passa pela implementação de um programa estrutural de consolidação orçamental de médio prazo que evite uma consolidação fiscal excessiva no curto prazo. A nível externo, subsiste o risco de contágio da crise da dívida soberana europeia. De acordo com as previsões do FMI, a economia dos Estados Unidos deverá crescer cerca de 2% em 2013, valor ligeiramente inferior ao registado em 2012.

Ao contrário das economias desenvolvidas, mais focadas em questões orçamentais e financeiras, os países emergentes e em vias de desenvolvimento alcançaram um expressivo crescimento económico em 2012, de cerca de 5,1%, onde, para além da China e da Índia, se destaca o crescimento da América Latina e da África Subsariana, na ordem dos 3,0% e 4,8%, respetivamente. Não obstante as expressivas taxas de crescimento alcançadas, verifica-se uma desaceleração do crescimento económico nestes países (2011: 6,3%), a refletir o impacto do seu fraco desempenho económico. Este abrandamento é contudo claramente inferior ao registado na economia global, em resultado da procura interna cada vez mais forte dos países emergentes da Ásia e da América Latina. Para 2013, as previsões do FMI apontam para um

crescimento médio da economia dos países emergentes e em fase de desenvolvimento de 5,5%, o que representa um crescimento considerável e uma menor dependência da procura das economias mais desenvolvidas.

Em resumo, e de acordo com as previsões do FMI, a economia mundial deverá continuar a recuperar da recessão de 2009, embora de uma forma moderada. As economias mais avançadas continuarão a enfrentar riscos extremamente elevados e consequentemente deverão crescer a taxas reduzidas. As crises sociais associadas aos elevados níveis de desemprego, as políticas de consolidação orçamental agressivas e as fortes restrições no acesso ao financiamento público e privado são os principais desafios com que as economias mais desenvolvidas se confrontarão nos próximos anos. Por outro lado, os mercados emergentes deverão atingir taxas de crescimento consideráveis, a refletir uma cada vez maior procura interna e a manutenção dos preços das ***commodities***.

## **2.2 Enquadramento Macroeconómico Nacional**

Enquadrado no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que assenta numa transformação estrutural da economia através da adoção de rigorosas políticas de consolidação orçamental, Portugal registou uma queda de 3,2% no PIB, após a redução de 1,6% observada no ano anterior, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). A redução mais acentuada do PIB refletiu a diminuição do contributo positivo da procura externa líquida, que passou de 4,7% em 2011 para 3,9% em 2012, em resultado da desaceleração das Exportações de Bens e Serviços, e o contributo negativo mais significativo da procura interna, traduzindo a redução mais intensa do consumo privado. A economia Portuguesa apresentou uma Capacidade Líquida de Financiamento em 2012 de 0,4% do PIB (Necessidade de

Financiamento de 5,6% no ano anterior). Esta evolução deveu-se, em larga medida, à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários. A deterioração económica da Zona Euro e o alastramento da crise da dívida soberana a outros países da Zona Euro acentuou o declínio da situação económica do país.

Em oposição à forte contração do consumo público, do consumo privado e do investimento, verificou-se um aumento relevante das exportações e a uma redução das importações. Com efeito, a balança de bens e serviços atingiu uma situação próxima do equilíbrio em 2012 (passou de -4,4% do PIB em 2011 para -0,5% em 2012), esperando-se que tal seja atingido nos próximos anos, suportado por um crescimento contínuo das exportações e por uma redução das importações.

A situação económica portuguesa foi ainda fortemente influenciada pelos 15,7% da taxa de desemprego, que se prevê que continue em tendência ascendente ao longo de 2013, e pela instabilidade social vivida no país.

Seguindo a tendência dos últimos anos, 2013 continuará a ser um ano de consolidação orçamental, ao abrigo do PAEF, com políticas orçamentais restritivas e de receita focalizada nos impostos sobre as famílias, contribuindo novamente para a contração do consumo público e privado. Embora seja expetável que durante o ano de 2013 se assista a uma recuperação gradual da situação económica do país face ao verificado em 2012, o PIB continuará a seguir a tendência de queda a que se assistiu ao longo dos últimos anos, prevendo-se uma contração de cerca de 2,3%, conforme recentes previsões do Governo português. As condições de concessão de crédito à economia mantêm-se restritivas devido ao processo de desalavancagem do setor bancário. A dívida da economia portuguesa deve atingir um máximo histórico em 2013, esperando-se uma redução gradual nos anos seguintes.



### **2.3 Envolvente Setorial**

Seguindo a tendência dos últimos anos, o setor da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal continua a viver uma crise profunda, com fraca procura, excesso de capacidade instalada e esmagamento das margens praticadas. Influenciado por um enquadramento económico desfavorável, fruto da crise da dívida soberana e do exigente plano de austeridade implementado pelo governo português, o setor voltou a registar, durante o ano de 2012, uma quebra acentuada da sua atividade, com o índice de produção na Construção a contrair 16,9% (2011: contração de 10,3%), segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Dados do Eurostat revelam que o setor da construção Europeu teve uma quebra de 8,5%, sendo Portugal o segundo país mais afetado.

Ao contrário de ciclos anteriores, em que o investimento público era usado como um dos principais fatores de dinamização da economia nacional, desde 2010 que se assiste à utilização deste instrumento em sentido contrário, para consolidação das contas públicas. Em 2012 foram abertos concursos no valor de 1,7 mil milhões de euros e adjudicadas obras no valor 1,2 mil milhões de euros, valores que traduzem quebras, face ao ano anterior, de 44,4% e 51,6%, respetivamente.

De acordo com a mais recente análise de conjuntura da FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção, até Novembro de 2012 as licenças para construção nova caíram 30,2%, e as de edifícios não residenciais recuaram 23,5%. Estes dados evidenciam a deterioração continuada da atividade económica no setor, que culmina no aumento do desemprego na construção em 34,4%.

Os bancos portugueses continuam com dificuldades no acesso ao financiamento o que, conseqüentemente, se traduz em fortes constrangimentos no financiamento da economia e numa

diminuição do investimento privado. As empresas confrontam-se, em simultâneo, com uma forte pressão de desalavancagem e com um aumento significativo dos custos de financiamento. Por outro lado, o mercado habitacional, o mais penalizado pela crise financeira, sofre de uma diminuição sem precedentes nos novos créditos à habitação.

Para além da construção de obras de menor dimensão destacam-se, pela sua importância, as seguintes empreitadas:

- Reabilitação e adaptação da Antiga Companhia Aveirense de Moagens da Universidade de Aveiro;
- Requalificação Urbana e Acessibilidades Integradas na Cidade de Anadia; e
- Pavilhão de Exposições e Feiras de Expocôa (2ª Fase).

### **3. PERSPETIVAS FUTURAS**

Não obstante o agravamento da crise, a EQUIPAV perspetiva o ano de 2013 com um otimismo moderado. Apesar da contração da Economia Portuguesa em geral e do setor da construção e obras públicas em particular, a empresa vai continuar a apostar nos mercados de proximidade e em especial nos clientes privados.

A reorganização interna que foi operada dotou a Empresa de uma maior eficiência operacional, económica, financeira e de gestão, permitindo encarar a atual conjuntura económica e financeira com a certeza que a sua área de negócios sairá fortalecida após a recuperação do setor.

#### **4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2012, apurado nas Demonstrações Financeiras, no valor de € 365.977,56 (trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete euros e cinquenta e seis centimos), tenha a seguinte aplicação:

- Para Reservas Legais: € 18.300,00 (dezoito mil e trezentos euros).
- Para Resultados Transitados: € 347.677,56 (trezentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e sete euros e cinquenta e seis centimos).

#### **5. NOTA FINAL**

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do exercício de 2012, o apoiaram na prossecução dos objetivos fixados para a Empresa.

- Aos Colaboradores da Empresa pela dedicação, zelo e profissionalismo.
- Aos Parceiros de negócio pela confiança que ao longo dos anos vêm depositando na EQUIPAV.
- Às Instituições Financeiras pelo permanente apoio e confiança, elementos imprescindíveis na concretização dos negócios.
- Aos Acionistas pelo apoio e confiança demonstradas nos diversos momentos da vida da Empresa.
- Ao Revisor Oficial de Contas pela colaboração profissional prestada.

## 6. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. Informação prevista no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

- **Membros do Conselho de Administração:** Não são acionistas da Sociedade
- **Membro do Fiscal Único:** Não é acionista da Sociedade

### 2. Informação prevista no n.º 4.º do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

ACCIONISTAS	QUANTIDADE DE ACCÕES	PERCENTAGEM
FAG - SGPS, S.A.	269.000	99.63%
ARSER – AREIAS DA SERRA DA ESTRELA, S.A.	500	0.185%
IMOESTRELA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS DA SERRA DA ESTRELA, S.A.	500	0.185%
TOTAL	270.000	100%

Seia, 28 de Março de 2013

O Conselho de Administração

---

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

---

Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

---

António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)

## **7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31-12-2012	31-12-2011
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não Corrente</b>	6		
Ativos Fixos Tangíveis		227.286,69	380.521,32
Participações Financeiras - Outros Métodos		58.030,00	59.530,00
		<b>285.316,69</b>	<b>440.051,32</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Clientes	13	5.164.738,82	4.576.521,68
Estados e Outros Entes Públicos	12	130.000,00	478.406,79
Outras Contas a Receber	13	1.789.333,71	1.195.265,57
Diferimentos		7.424,07	2.859,10
Caixa e Depósitos Bancários	4	49.621,71	471.554,11
		<b>7.141.118,31</b>	<b>6.724.607,25</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.426.435,00</b>	<b>7.164.658,57</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital Realizado	13	270.000,00	270.000,00
Reservas Legais		43.260,14	26.160,14
Resultados Transitados		559.824,58	236.288,61
		873.084,72	532.448,75
Resultado Líquido do Período		365.977,56	340.635,97
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.239.062,28</b>	<b>873.084,72</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Financiamentos Obtidos	7;13	960.763,83	1.440.183,00
		<b>960.763,83</b>	<b>1.440.183,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	2.784.395,97	2.736.195,05
Estado e Outros Entes Públicos	12	97.130,69	83.001,49
Financiamentos Obtidos	7;13	1.146.000,87	1.223.788,47
Outras Contas a Pagar	13	918.199,47	754.063,47
Diferimentos		280.881,89	54.342,37
		<b>5.226.608,89</b>	<b>4.851.390,85</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.187.372,72</b>	<b>6.291.573,85</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>7.426.435,00</b>	<b>7.164.658,57</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

---

 João Carlos Pinto Marques

---

 Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

---

 Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

---

 António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e Serviços Prestados	10	14.410.028,46	15.575.027,67
Subsídios à Exploração	11	3.018,51	8.032,54
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	8	-1.211.494,76	-2.507.639,17
Fornecimentos e Serviços Externos		-12.522.605,93	-13.316.268,55
Gastos com o Pessoal	14	-619.019,11	-764.153,51
Outros Rendimentos e Ganhos	10	733.855,24	1.675.902,81
Outros Gastos e Perdas		-12.887,70	-46.404,39
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS FINANCIAMENTOS E OUTROS</b>		<b>780.894,71</b>	<b>624.497,40</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	6	-153.234,63	-150.370,05
<b>RESULTADOS OPERACIONAL</b>		<b>627.660,08</b>	<b>474.127,35</b>
Juros e Gastos Similares Suportados	7	-125.351,41	-63.667,58
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTO</b>		<b>502.308,67</b>	<b>410.459,77</b>
Imposto Sobre o Rendimento do Período	12	-136.331,11	-69.823,80
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>365.977,56</b>	<b>340.635,97</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

João Carlos Pinto Marques

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)

	EXERCÍCIOS	
	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de Clientes	7.867.937,97	12.760.616,97
Pagamentos a Fornecedores	10.575.368,63	14.882.757,84
Pagamentos ao Pessoal	458.031,54	750.673,54
<b>Fluxos Gerados pelas Operações</b>	<b>( 3.165.462,20 )</b>	<b>( 2.872.814,41 )</b>
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o Rendimento	( 184.210,21 )	( 19.596,12 )
Outros Recebimentos/Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	297.810,82	1.810.082,60
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	<b>( 3.051.861,59 )</b>	<b>( 1.082.327,93 )</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Recebimentos de Investimentos</b>		
Outros Ativos	1.500,00	
Juros e Rendimentos Similares	85,10	
	<b>1.585,10</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos de Investimentos</b>		
Ativos Fixos Tangíveis		12.500,00
Investimentos Financeiros	1.327,27	20.030,00
	<b>1.327,27</b>	<b>32.530,00</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	<b>257,83</b>	<b>( 32.530,00 )</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos Obtidos	11.572.192,53	1.304.596,47
	<b>11.572.192,53</b>	<b>1.304.596,47</b>
<b>Pagamentos respeitante a:</b>		
Empréstimos Obtidos	8.856.781,46	
Juros e Gastos Similares	85.739,71	63.667,58
Suprimentos		
	<b>8.942.521,17</b>	<b>63.667,58</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>	<b>2.629.671,36</b>	<b>1.240.928,89</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)</b>	<b>( 421.932,40 )</b>	<b>126.070,96</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício</b>	<b>471.554,11</b>	<b>345.483,15</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício</b>	<b>49.621,71</b>	<b>471.554,11</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

João Carlos Pinto Marques

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)



# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

		Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe						Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011</b>	<b>1</b>	270.000,00	22.980,14	176.050,09	-	63.418,52	532.448,75	-	532.448,75
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico							-	-	-
Alterações de Políticas Contabilísticas							-	-	-
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras							-	-	-
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis							-	-	-
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respectivas Variações							-	-	-
Ajustamentos por Impostos Diferidos							-	-	-
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio			3.180,00	60.238,52		(63.418,52)	-	-	-
	<b>2</b>	-	3.180	60.238,52	-	(63.418,52)	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>					340.635,97	340.635,97		340.635,97
<b>RESULTADO</b>	<b>4=2+3</b>					277.217,45	340.635,97	-	340.635,97
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realização de Capital							-	-	-
Realizações de Prêmios de Emissão							-	-	-
Distribuições							0,00		0,00
Entradas para Cobertura de Perdas							-	-	-
Outras Operações							-	-	-
	<b>5</b>	-	-	-	-	-	0,00	-	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	270.000,00	26.160,14	236.288,61	-	340.635,97	873.084,72	-	873.084,72

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

		Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe						Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	<b>6</b>	270.000,00	26.160,14	236.288,61	-	340.635,97	873.084,72	-	873.084,72
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico							-	-	-
Alterações de Políticas Contabilísticas							-	-	-
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras							-	-	-
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis							-	-	-
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respectivas Variações							-	-	-
Ajustamentos por Impostos Diferidos							-	-	-
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio			17.100,00	323.535,97		(340.635,97)	-	-	-
	<b>7</b>	-	17.100	323.535,97	-	(340.635,97)	0,00	-	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>					365.977,56	365.977,56		365.977,56
<b>RESULTADO</b>	<b>9=7+8</b>					25.341,59	365.977,56	-	365.977,56
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realização de Capital							-	-	-
Realizações de Prêmios de Emissão							-	-	-
Distribuições							0,00		0,00
Entradas para Cobertura de Perdas							-	-	-
Outras Operações							0,00		0,00
	<b>10</b>	-	0,00	0,00	-	-	0,00	-	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	<b>6+7+8+10</b>	270.000,00	43.260,14	559.824,58	-	365.977,56	1.239.062,28	-	1.239.062,28

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

João Carlos Pinto Marques

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)

## **8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



## ÍNDICE

### **1. Identificação da entidade**

#### 1.1 Dados de identificação

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### 2.1 Referencial contabilístico utilizado

### **3. Principais políticas contabilísticas**

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeira

### **4. Fluxos de caixa**

#### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

### **5. Partes relacionadas**

#### 5.1 Identificação das partes relacionadas

##### 5.1.1 Entidades em que a empresa participa

### **6. Ativos fixos tangíveis**

#### 6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

#### 6.2 Outras divulgações

### **7. Custos de empréstimos obtidos**

#### 7.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

### **8. Inventários**

#### 8.1 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários

**9. Contratos de construção**

- 9.1 Contratos de construção em curso à data de balanço mensurados e reconhecidos pelo método da percentagem de acabamento

**10. Rédito**

- 10.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
- 10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

**11. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

- 11.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras
- 11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou

**12. Impostos e contribuições**

- 12.1 Divulgação das seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento
- 12.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

**13. Instrumentos financeiros**

- 13.1 Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados
- 13.2 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

**14. Benefícios dos empregados**

- 14.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

**15. Divulgações exigidas por diplomas legais**

- 15.1 Informação por atividade económica
- 15.2 Informação por mercado geográfico
- 15.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

**16. Outras informações**

16.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

## **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **1. Identificação da entidade**

### **1.1 Dados de identificação**

Designação da entidade: EQUIPAV - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.

Sede social: PARQUE INDUSTRIAL DA ABRUNHEIRA, LOTES 9 e 10

Natureza da atividade: Engenharia e Construção; aluguer de equipamentos industriais para a construção, bem como a sua gestão

NIPC: 503 156 035

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- **Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- **Regime da periodização económica (acrécimo)**

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- **Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- **Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados em 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2011.

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão escriturados ao valor do custo de aquisição. A empresa não exerce influência significativa sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais das empresas em que participa.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui depósitos à ordem em bancos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados são registados na demonstração de resultados em observância do regime de periodização económica.

Os empréstimos a liquidar até 12 meses estão classificados como passivos correntes, os que se vencem após 12 meses estão classificados como passivos não correntes.

- Rédito e regime do acréscimo



O rédito compreende o valor da prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O Rédito foi reconhecido de acordo com a NCRF 20, tendo sido possível mensurá-lo fiavelmente.

Os custos incorridos são razoavelmente mensurados e é provável a obtenção de benefícios futuros.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos com estágios profissionais, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

#### 4. Fluxos de caixa

##### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

###### No Ano de 2012

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	471.554,11		421.932,40	49.621,71
Outros depósitos				
<b>Total</b>	<b>471.554,11</b>		<b>421.932,40</b>	<b>49.621,71</b>

###### No Ano de 2011

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	345.483,15		-126.070,96	471.554,11
Outros depósitos				
<b>Total</b>	<b>345.483,15</b>		<b>-126.070,96</b>	<b>471.554,11</b>

#### 5. Partes relacionadas

##### 5.1 Identificação das partes relacionadas

###### 5.1.1 Entidades em que a empresa participa

A empresa participa nas seguintes empresas:

Mafreduca, S.A., Cister, S.A., Campiscinas, S.A., Gouveinova, S.A., Odivelas Viva, S.A., Pro-Vila Verde, S.A., Oeiras Primus, S.A., Armamar Viva, S.A., Paceteg, S.A. e Imoestrela - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A..

## 6. Ativos fixos tangíveis

### 6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

No Ano de 2012

Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	867.249,65	12.500,00	70,30	879.819,95
Depreciações acumuladas	498.967,91	260,42	70,30	499.298,63
<b>Saldo no início do período</b>	<b>368.281,74</b>	<b>12.239,58</b>		<b>380.521,32</b>
<b>Variações do período</b>	-150.109,63	-3.125,00		-153.234,63
<b>Total de aumentos</b>				
<b>Total diminuições</b>	150.109,63	3.125,00		153.234,63
Depreciações do período	150.109,63	3.125,00		153.234,63
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>218.172,11</b>	<b>9.114,58</b>		<b>227.286,69</b>
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>867.249,65</i>	<i>12.500,00</i>	<i>70,30</i>	<i>879.819,95</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>649.077,54</i>	<i>3.385,42</i>	<i>70,30</i>	<i>652.533,26</i>

## No Ano de 2011

Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	867.249,65		70,30	867.319,95
Depreciações acumuladas	348.858,28		70,30	348.928,58
<b>Saldo no início do período</b>	<b>518.391,37</b>			<b>518.391,37</b>
<b>Variações do período</b>	<b>-150.109,63</b>	<b>12.239,58</b>		<b>-137.870,05</b>
<b>Total de aumentos</b>		<b>12.500,00</b>		<b>12.500,00</b>
<b>Outras aquisições</b>		<b>12.500,00</b>		<b>12.500,00</b>
<b>Total diminuições</b>	<b>150.109,63</b>	<b>260,42</b>		<b>150.370,05</b>
Depreciações do período	150.109,63	260,42		150.370,05
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>368.281,74</b>	<b>12.239,58</b>		<b>380.521,32</b>
Valor bruto no fim do período	867.249,65	12.500,00	70,30	879.819,95
Depreciações acumuladas no fim do período	498.967,91	260,42	70,30	499.298,63

## 6.2 Outras divulgações

Os ativos fixos tangíveis existentes na empresa estão escriturados pelo valor do custo menos a depreciação acumulada, optando pelo método do custo.

A empresa optou pelo método da linha reta para escriturar as depreciações dos ativos fixos tangíveis existentes.

## 7. Custos de empréstimos obtidos

## 7.1 Política contábilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos foram contabilizados como gastos do período. Nenhum dos empréstimos é diretamente atribuível a um ativo.

**8. Inventários**

**8.1 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:**

**No Ano de 2012**

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>			
Inventários iniciais			
Compras		1.211.494,76	1.211.494,76
Reclassificação e regularização de inventários			
Inventários finais			
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>		<b>1.211.494,76</b>	<b>1.211.494,76</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>			

## No Ano de 2011

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>			
Inventários iniciais			
Compras		2.507.639,17	2.507.639,17
Reclassificação e regularização de inventários			
Inventários finais			
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>		<b>2.507.639,17</b>	<b>2.507.639,17</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>			

## 9. Contratos de construção

## 9.1 Contratos de construção em curso à data de balanço mensurados e reconhecidos pelo método da percentagem de acabamento

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento. A medida adotada pela empresa consiste na relação entre os custos incorridos e o total de custos previstos.

**10. Rédito**

- 10.1** Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Os réditos estão reconhecidos com referência à fase de acabamento das obras. A empresa estima com fiabilidade a fase de acabamento das suas obras, assim como os custos incorridos.

- 10.2** Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens		418,00
Prestação de serviços	14.410.028,46	15.574.609,67
Juros	85,10	4,22
<b>Total</b>	<b>14.410.113,56</b>	<b>15.575.031,89</b>

**11. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

- 11.1** Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração registados referem-se ao apoio   contratação de estagiários profissionais.

O subsídio recebido está reconhecido como rendimento do período.

**11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:**

**No Ano de 2012**

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período
<b>Subsídios ao investimento</b>		
Para ativos fixos tangíveis		
Para ativos intangíveis		
Para outras naturezas de ativos		
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>3.018,51</b>	<b>3.018,51</b>
<b>Valor dos reembolsos efetuados no período</b>	<b>3.018,51</b>	<b>3.018,51</b>
De subsídios ao investimento		
De subsídios à exploração	3.018,51	3.018,51
<b>Total</b>		

No Ano de 2011

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento		
Para ativos fixos tangíveis		
Para ativos intangíveis		
Para outras naturezas de ativos		
Subsídios à exploração	8.032,54	8.032,54
Valor dos reembolsos efetuados no período	8.032,54	8.032,54
De subsídios ao investimento		
De subsídios à exploração	8.032,54	8.032,54
Total		

## 12. Impostos e contribuições

12.1 Divulgação das seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do	502.308,67	410.459,77
Imposto corrente	136.331,11	69.823,80
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do	136.331,11	69.823,80
Tributações autónomas	2.920,51	1.924,91
Taxa efetiva de imposto	27,14	17,01



**12.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período	Saldo Credor Período
Imposto sobre o rendimento	76.638,34	136.331,11	18.186,17	69.823,80
Pagamentos por conta	76.617,06		18.185,26	
<i>Pagamentos normais</i>	55.554,00		10.887,00	
<i>Pagamentos especiais</i>	21.063,06		7.298,26	
Retenções efetuadas por terceiros	21,28		0,91	
Imposto estimado		136.331,11		69.823,80
Retenção de impostos sobre rendimentos		6.014,00		10.128,29
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	130.000,00	19.017,87	478.406,79	
Contribuições para a Segurança Social		12.406,05		21.235,57
<b>Total</b>	<b>206.638,34</b>	<b>173.769,03</b>	<b>496.592,96</b>	<b>101.187,66</b>

**13. Instrumentos financeiros**

- 13.1** Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

## No Ano de 2012

Descrição	Mensurados ao custo
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>6.954.072,53</b>
Clientes	5.164.738,82
Outras contas a receber	1.789.333,71
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>5.809.360,14</b>
Fornecedores	2.784.395,97
Financiamentos obtidos	2.106.764,70
Outras contas a pagar	918.199,47
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>	<b>93.239,89</b>
De ativos financeiros	-1.327,27
De passivos financeiros	94.567,16
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>	<b>-125.266,31</b>
De ativos financeiros	85,10
De passivos financeiros	-125.351,41

## No Ano de 2011

Descrição	Mensurados ao custo
<b>Ativos financeiros:</b>	<b>5.771.787,25</b>
Clientes	4.576.521,68
Outras contas a receber	1.195.265,57
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>6.154.229,99</b>
Fornecedores	2.736.195,05
Financiamentos obtidos	2.663.971,47
Outras contas a pagar	754.063,47
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>	<b>71.390,11</b>
De passivos financeiros	71.390,11
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>	<b>-63.663,36</b>
De ativos financeiros	4,22
De passivos financeiros	-63.667,58

**13.2 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal**

O capital social da empresa subdivide-se em 270.000 ações com um valor nominal de 1€ cada.

**14. Benefícios dos empregados****14.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	619.019,11	764.153,51
Remunerações do pessoal	362.266,10	530.127,53
Indemnizações	126.778,25	37.463,09
Encargos sobre as remunerações	86.907,51	120.689,94
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	13.683,81	25.544,12
Outros gastos com o pessoal	29.383,44	50.328,83

## 15. Divulgações exigidas por diplomas legais

## 15.1 Informação por atividade económica

No Ano de 2012

Descrição	Atividade de Engenharia e Construção	Total
Vendas		
Prestações de serviços	14.410.028,46	14.410.028,46
Compras	1.211.494,76	1.211.494,76
Fornecimentos e serviços externos	12.522.605,93	12.522.605,93
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.211.494,76	1.211.494,76
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.211.494,76	1.211.494,76
Gastos com o pessoal	619.019,11	619.019,11
Remunerações	362.266,10	362.266,10
Outros gastos	256.753,01	256.753,01
Ativos fixos tangíveis (Valor Líquido)	227.286,69	227.286,69

## No Ano de 2011

Descrição	Atividade de Engenharia e Construção	Total
<b>Vendas</b>	<b>418,00</b>	<b>418,00</b>
De produtos acabados, semiacabados, resíduos e refugos	418,00	418,00
<b>Prestações de serviços</b>	<b>15.574.609,67</b>	<b>15.574.609,67</b>
<b>Compras</b>	<b>2.507.639,17</b>	<b>2.507.639,17</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>13.316.268,55</b>	<b>13.316.268,55</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>2.507.639,17</b>	<b>2.507.639,17</b>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.507.639,17	2.507.639,17
<b>Número médio de pessoas ao serviço</b>	<b>28,00</b>	<b>28,00</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>764.153,51</b>	<b>764.153,51</b>
Remunerações	530.127,53	530.127,53
Outros gastos	234.025,98	234.025,98
<b>Ativos fixos tangíveis (Valor Líquido)</b>	<b>380.521,32</b>	<b>380.521,32</b>
<b>Total das aquisições</b>	<b>12.500,00</b>	<b>12.500,00</b>

## 15.2 Informação por mercado geográfico

## No Ano de 2012

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Total
Vendas			
Prestações de serviços	14.410.028,46		14.410.028,46
Compras	1.191.088,80	20.405,96	1.211.494,76
Fornecimentos e serviços externos	12.522.605,93		12.522.605,93
Rendimentos suplementares:	636.028,14		636.028,14
Aluguer de equipamento	176.195,38		176.195,38
Outros rendimentos suplementares	459.832,76		459.832,76

## No Ano de 2011

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Total
Vendas	418,00		418,00
Prestações de serviços	15.574.609,67		15.574.609,67
Compras	2.505.582,17	2.057,00	2.507.639,17
Fornecimentos e serviços externos	13.316.268,55		13.316.268,55
Aquisições de ativos fixos tangíveis	12.500,00		12.500,00
Rendimentos suplementares:	908.035,27		908.035,27
Aluguer de equipamento	269.114,14		269.114,14
Outros rendimentos suplementares	638.921,13		638.921,13

### 15.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

## 16. Outras informações

### 16.1 Discriminação dos Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	11.908.056,68	11.877.158,41
<b>Serviços especializados</b>	<b>537.396,21</b>	<b>564.041,91</b>
Trabalhos especializados	495.070,58	521.098,68
Publicidade e propaganda	4.725,80	5.887,52
Vigilância e segurança	10.000,00	
Honorários	600,00	600,00
Conservação e reparação	52,51	36.455,71
Outros	26.947,32	
<b>Materiais</b>	<b>10.221,45</b>	<b>39.722,67</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.899,61	11.557,54
Livros e documentação técnica	4.984,69	5.162,15
Material de escritório	337,15	1.593,11
Artigos para oferta		50,00
Outros		21.359,87
<b>Energia e fluidos</b>	<b>8.149,71</b>	<b>671.132,22</b>
Eletricidade	3.150,32	6.668,69
Combustíveis	2.547,17	662.201,92
Água	2.452,22	1.995,68
Outros		265,93
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>30.865,39</b>	<b>68.050,29</b>
Deslocações e estadas	30.643,00	67.407,29
Transportes de pessoal	50,00	
Transportes de mercadorias	172,39	643,00
<b>Serviços diversos</b>	<b>27.916,49</b>	<b>96.163,05</b>
Rendas e alugueres	20.320,00	71.682,52
Comunicação	1.023,42	600,05
Seguros	3.774,09	13.590,21
Contencioso e notariado	1.036,63	6.571,58
Despesas de representação	1.059,68	148,20
Limpeza, higiene e conforto	129,49	332,11
Outros serviços	573,18	3.238,38
<b>Total</b>	<b>12.522.605,93</b>	<b>13.316.268,55</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

João Carlos Pinto Marques

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)

**9. RELATÓRIO E PARECER DOS AUDITORES E DO FISCAL**  
**ÚNICO**





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, que evidencia um total de 7.426.435,00 euros e um total de capital próprio de 1.239.062,28 euros, incluindo um resultado líquido de 365.977,56 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 02 de abril de 2013

**LCA, SROC**  
Representada por  
José Maria de Jesus Carreira  
R.O.C. n.º 614



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos das normas legais em vigor, apresentamos o nosso relatório anual sobre a atividade de fiscalização desenvolvida na sociedade **EQUIPAV – Engenharia e Construção, S.A.**, durante o exercício de 2012, e damos parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

No desempenho das nossas funções seguimos o evoluir da atividade da empresa, e procedemos à verificação do registo das suas transações, à análise dos documentos de suporte, à leitura de atas e outros documentos e restantes procedimentos que considerámos adequados face às normas relativas à fiscalização das sociedades comerciais e revisão legal das suas contas. A nossa conclusão sobre os procedimentos efetuados é a de que não existem situações que pela sua materialidade e relevância possam pôr em causa o conteúdo das demonstrações financeiras. Nestas circunstâncias, emitimos a certificação legal das contas na modalidade sem reservas.

Analisámos também o relatório de gestão e a proposta de aplicação dos resultados, os quais satisfazem os requisitos legais e estatutários, sendo o referido relatório consistente com as demonstrações financeiras apresentadas.

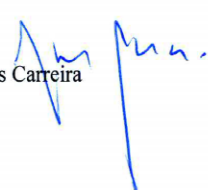
Face ao exposto, somos de parecer que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados reúnem as condições para a sua aprovação.

Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e aos outros responsáveis da empresa com quem contactámos pela disponibilidade manifestada e pelas informações e esclarecimentos prestados.

Leiria, 02 de abril de 2013

**LCA SROC**

Representada por  
José Maria de Jesus Carreira  
R.O.C. n.º 614

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. M. de Jesus Carreira', written over the printed name.

**LCA – Leal, Carreira & Associados SROC**

Leiria: R. Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2.º – Porta C – Apartado 2913 – 2401-902 Leiria – Portugal  
NIF 502 237 953 – Tel. 244 816 090 – Fax 244 816 099 – E-mail: [geral@lca-sroc.pt](mailto:geral@lca-sroc.pt)  
Coimbra: Rua Augusto Marques Bom, 21 – 3030-218 Coimbra – Tel. 239 708 650 – Fax 239 708 659 – E-mail: [coimbra@lca-sroc.pt](mailto:coimbra@lca-sroc.pt)

1/1